

CONSTITUINTE

-2 DEZ 1987

GAZETA MERCANTIL

"Centrão" e esquerda caminham para um entendimento no plenário

por Andrew Greenless
de Brasília

Até o início da noite de ontem, estava descartado um acordo formal para a questão do regimento interno da Constituinte. O mais provável é que o "Centrão" — grupo de tendência conservadora — e seus adversários acatem uma proposta conciliatória do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, englobando reivindicações dos dois grupos. Este entendimento deverá ocorrer na sessão de hoje a tarde, com início previsto para as 14 horas.

Coordenadores do "Centrão" evitavam anunciar um acordo ontem para garantir a unidade do grupo. Isso porque muitos membros rejeitavam qualquer acordo com a esquerda, enquanto alguns coordenadores, mais moderados, adiantavam que a proposta intermediária de Ulysses Guimarães acabará contentando a maioria. "Até amanhã (hoje) temos muito tempo", comentava o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos negociadores dos progressistas. "Isso é um processo que se está decantando", completava o deputado Ricardo Fiúza, dirigente do "Centrão".

Uma série de reuniões durante o dia de ontem, culminando com um encontro de diversos negociadores na residência de Ulysses, no final da noite, resultou na detecção do principal entrave ao acordo final: o mecanismo de aprovação da preferência para a votação de determinada emenda ao projeto da Comissão de Sistematização.

Enquanto o grupo liderado pelos senadores Fernando Henrique e Mário Covas

Pela manutenção do regimento

por Zanoni Antunes
de Brasília

O Partido dos Trabalhadores divulgou nota, ontem, assinada pelo seu presidente nacional e líder na Câmara, deputado Luiz Inácio Lula da Silva (SP), posicionando-se contra a proposta do "Centrão" (grupo integrado por parlamentares moderados e conservadores) de reforma do regimento interno da Constituinte. "A bancada, afirma a nota, resolveu combater a proposta do 'Centrão' e repudiar qualquer acordo que dificulte a plena participação dos constituintes."

A nota do Partido dos Trabalhadores recorda que os trabalhos da Constituinte se desenvolveram sob as normas de um regimento interno aprovado, quando da instalação da Assembleia, pela maioria absoluta dos seus membros. "Nessa ocasião, enfatiza a nota, todos concordaram em que o regimento interno aprovado era o mais democrático de

todos quanto regeram as assembleias constituintes do passado."

O Partido dos Trabalhadores, ainda de acordo com o documento, analisa que a obediência ao regimento, as presenças de quase todas as entidades da sociedade civil, emendas populares e debates públicos das propostas fizeram com que o texto aprovado na Comissão de Sistematização contemplasse avanços para a sociedade brasileira. "Esse resultado provocou a ira dos setores reacionários, os quais mobilizaram-se imediatamente para conseguir sua anulação no plenário da Assembleia", afirma o líder do PT.

A nota concluiu afirmando que o partido não se opõe a que se possa fazer novas emendas ao texto do projeto de Constituição, "mas não admite que sob esse pretexto se estabeleça insidiosamente uma exigência de quórum elevado para colocar as emendas em votação, o que vai impedir na prática a votação das emendas individuais".

defendia a necessidade de o plenário deliberar sobre a preferência, o "Centrão" insistia no princípio pelo qual a assinatura de 280 parlamentares (maioria absoluta da Constituinte) bastaria para que a emenda fosse votada com prioridade sobre as demais relacionadas ao mesmo tema constitucional. Ulysses Guimarães adiantou ontem a possível saída: "Tenho a impressão que a preferência poderá ser decidida por maioria simples", disse o deputado, conforme relata o repórter Zanoni Antunes. Assim, a preferência iria a voto (atendendo aos progressistas), mas o quórum de aprovação cairia para metade mais um dos presentes em plenário (tornando o dispositivo mais aceitável ao "Centrão").

Pessoalmente, Ulysses disse defender a maioria absoluta.

Num jantar anteontem à noite com membros do "Centrão", o presidente da Constituinte argumentou que a discussão sobre o regimento interno da Constituinte precisa chegar a um consenso o mais breve possível, sob pena de prejudicar a imagem da Assembleia Constituinte diante da opinião pública, já que nenhum ponto constitucional propriamente dito tem sido debatido nos últimos dias.

Quanto a outras questões do regimento, surgia ontem o acordo. O prazo para apresentação de emendas deverá ser de sete dias, a partir de amanhã, caso o regimento finalmente seja fixado. Com mais cinco dias para o parecer do rela-

tor Bernardo Cabral sobre os textos, o calendário chegaria ao dia 15. Como o recesso da Constituinte deve ser iniciado no dia 18, dificilmente haveria votação neste ano. O plenário retoma as atividades no dia 4 de janeiro.

Ficou acertada também a votação em dois turnos. Dessa forma, no caso de uma emenda não atingir os 280 votos numa sessão, mas obter a maioria simples, haverá nova rodada 24 horas depois. As propostas de alteração do atual projeto poderão afetar, no máximo, capítulos. Apesar dessa definição, um dos coordenadores do "Centrão", em encontro do grupo realizado no Congresso Nacional, insistia em afirmar que haveria emendas a títulos inteiros.

Os agricultores tomam posição

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A frente ampla da agropecuária brasileira está realizando, a partir de hoje, um trabalho de consulta a seus filiados para posicionar-se sobre a lei agrícola aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

"A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores da produção, da comercialização, do armazenamento e dos transportes, levando em conta instrumentos creditícios, fiscais e a prestação de assistência técnica e incentivo à tecnologia e à pesquisa", diz o artigo 226 na redação final da Comissão de Sistematização. Para o deputado José Egreja, do PTB

paulista, autor da emenda, agora dependerá apenas da regulamentação de uma lei para que sejam atendidos os princípios já fixados na Constituição.

O coordenador técnico da frente ampla, Alberto Veiga, acredita que a nova lei deverá definir as instâncias de decisão do governo no setor agrícola.

O constituinte paulista José Egreja, além de defender a necessidade de explicitação na lei da política do subsídio e crédito para o setor rural, defende a criação de um conselho consultivo e deliberativo interministerial, onde todos os setores da produção, comercialização e industrialização teriam acesso. "As decisões de políticas de preços mínimos e abastecimento seriam definidas através deste conselho", diz o deputado.

Em defesa do presidencialismo

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, disse em entrevista, na manhã de ontem, que defende o presidencialismo "por convicção", e também por considerar que "o parlamentarismo não é um regime de governo que possa ser adotado pelo Brasil no momento". Ele lembrou que para o parlamentarismo ser sólido era necessário que tivéssemos partidos fortes, ressaltando que "hoje não os temos, mas apenas partidos grandes".

Outro aspecto destacado pelo governador, segundo a EBN, contra o parlamentarismo, é a falta do exercício pleno da cidadania. "O que ainda não acontece no Brasil", segundo afirmou. Pedro Ivo acrescentou que defende um mandato de cinco anos, porque o presidente José Sarney, juntamente com Tancredo Neves, se elegeu para um mandato de seis anos, conforme a Constituição em vigor.

O governador catarinense considera o próximo ano "extremamente cedo" para a realização da eleição presidencial. "Em 1988, o País precisaria retomar seu desenvolvimento econômico, pois já tivemos este ano de paralisação, e, no ano que vem, é preciso dar prosseguimento à reativação da economia, porque o País não pode ficar dois anos parado. Isto traz a recessão, com ela vêm o desemprego, a inflação, e a insatisfação popular é consequência natural", opinou.

CPI contra empresários

por Andrew Greenless
de Brasília

As atividades da União Brasileira dos Empresários (UBE) e da União Democrática Ruralista (UDR) em relação à Constituinte poderão ser investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional. O líder do PTB, deputado Gastone Righi, completou ontem a coleta de 160 assinaturas de deputados necessárias para a aprovação do requerimento. Faltavam ainda cerca de dez assinaturas de senadores, que deveriam ser conseguidas ainda ontem.

No documento a ser enviado ao presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, Righi e os deputados Joaquim Bevilacqua e Francisco Rossi,

ambos do PTB, citam "denúncias veiculadas no País sobre a existência de caixinha organizada pela UBE para alijamento de parlamentares com vistas às alterações de decisões da Comissão de Sistematização", além de "atividades da UDR que, segundo seu presidente, dr. Ronaldo Caiado, está procedendo a um levantamento de recursos com o objetivo de auferir a renda suficiente para obter uma vitória no Congresso".

Como existe vaga para a formação de uma CPI no Congresso (simultaneamente, podem funcionar até cinco), o senador Lucena deverá indicar os 25 membros da Comissão assim que receber as assinaturas necessárias. A CPI terá trinta dias para apresentar suas conclusões.